

**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DONA FRANCISCA (JOINVILLE – SC):
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO E A SUA INTERFACE COM O
TURISMO EM ESPAÇO RURAL**

Samir Alexandre Rocha¹

RESUMO:

Este artigo surge com o intuito de discutir a relação que as políticas públicas, em especial a legislação de Unidades de Conservação na categoria Área de Proteção Ambiental, pode gerar na relação de implementação da prática turística, tomando para tanto o caso da ação política adotada pelo Governo do Município de Joinville com o ato de criação da Área de Proteção Ambiental Dona Francisca, apresentando uma análise sobre a relação da comunidade que vive dentro dos limites desta Unidade de Conservação e as problemáticas observadas pela mesma para a implementação da atividade turística como fonte de renda, contextualizando a problemática das políticas públicas sob as comunidades, o que gera influência direta sobre o planejamento do turismo.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental, Políticas públicas, turismo em espaço rural, planejamento do turismo e comunidade local.

¹ Bel. em Turismo com ênfase em meio ambiente, pelo Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC, pesquisador do Núcleo de Estudos em Meio Ambiente e Turismo.
Contato: endereço eletrônico: samir@ielusc.br

INTRODUÇÃO

O planejamento do turismo perpassa vários aspectos que se relacionam ao espaço, paisagem, sociedade e por fim pelas políticas que geram o território², sendo estas políticas construídas pelas comunidades civis organizadas ou instituídas pelo poder público governamental.

Neste sentido, muitas medidas foram e estão sendo elaboradas em prol da preservação e conservação dos recursos naturais, dentre as quais está a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, bem como a implementação destas que são definidas como espaços com características naturais relevantes, delimitados e sob os quais é aplicado um regime especial de administração para garantia da preservação destes recursos.³

Sobre as Unidades de Conservação, estas estão divididas em diversas categorias que, na sua maioria não permitem a presença de comunidades vivendo em seus limites com exceção às Áreas de Proteção Ambiental.

O objetivo deste artigo é discutir a ação política adotada pelo Governo do Município de Joinville com o ato de criação da Área de Proteção Ambiental Dona Francisca, apresentando uma análise sobre a relação da comunidade que vive dentro dos limites desta Unidade de Conservação e as problemáticas observadas pela mesma para a implementação da atividade turística como fonte de renda, contextualizando a problemática das políticas públicas sob as comunidades, o que gera influência direta sobre o planejamento do turismo.

Na elaboração desta discussão foi utilizado o método de pesquisa a observação participante, técnica na qual o pesquisador por meio do contato direto com o fenômeno estudado obtém informações relacionadas aos atores sociais e ao contexto que os envolve, tornando-se parte do contexto, sofrendo influência e influenciando, sendo, portanto, a percepção ambiental do pesquisador fator que influencia de forma direta nos resultados e na análise do estudo⁴. Este processo se desenvolveu a partir da presença em debates e discussões realizadas em reuniões relacionadas à criação do Plano de Gestão da Área de Proteção Dona Francisca⁵.

² O território relaciona-se ao poder, “(...) ele é a cena do poder e o lugar de todas as relações ... é o espaço político por excelência. (RAFFESTIN apud NETO, 2000)

³ BRASIL, 2000; SANTA CATARINA, 2001.

⁴ MINAYO, 1993.

⁵ Reuniões ocorridas no período de agosto a outubro de 2003.

Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental atrelada a trabalhos de observação da paisagem afim de que com esses dados fosse obtido um melhor entendimento de como está organizado o espaço e a sociedade da área.

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

O conceito moderno⁶ de Unidades Conservação surgiu no século XIX, sendo marco a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, no dia 1º de março de 1872, resultado das idéias de preservacionistas que tinham como ideal a exaltação à natureza, sendo esta natureza considerada um local de resgate da alma humana, um espaço de veneração humana as belezas da natureza intocada.⁷

Esse ideal foi influenciado principalmente pelo Romantismo e consistia em criar parques em áreas selvagens e desabitadas, onde o homem poderia apenas contemplar e ser conduzido a perceber as belezas da natureza intocada, criando assim áreas naturais protegidas sem moradores para a preservação da vida selvagem.⁸

Deve-se observar que os parques naturais têm um estatuto contraditório: são naturais por que culturalizados. Em outras palavras, sua condição de natureza selvagem, intocada, imune ao olhar e às ações humanas é contraditada por sua condição de paisagem, que exige visibilidade.⁹

No Brasil as Unidades de Conservação, com base no sistema norte-americano, surgiram em 1937 com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, porém vale destacar que ainda durante o império, no ano de 1876, tem-se a proposta de criação de parques nacionais nas áreas de “Sete Quedas” (PR), e da “Ilha do Bananal” (TO), com sistema semelhante ao do Parque Nacional Yellowstone.¹⁰

São regidas e definidas com base principal na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o “Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza”, definindo estas como espaços territoriais e seus recursos ambientais, com objetivos de conservação e limites

⁶ Cita-se como conceito moderno tendo em vista que anteriormente já existiam modelos de áreas protegidas os quais eram diferentes em relação ao proposto a partir do Parque Yellowstone.

⁷ DIEGUES, 1998; BRITO, 2000.

⁸ DIEGUES, Op. cit.

⁹ MENESES, 2002: 50.

¹⁰ COSTA, 2002.

definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de preservação.

Tendo em vista as especificidades de cada espaço, no Brasil, as Unidades de Conservação possuem diversas categorias, ou seja, tipos, divididos em dois grupos que são as “unidades de proteção integral” e as “unidades de uso sustentável”.

As Unidades de Proteção Integral (grupo no qual enquadra-se à área de estudo) têm por objetivo a preservação da natureza, admitindo o uso indireto dos seus recursos naturais. Nesse sentido compõem este grupo as categorias Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques (que podem ser nacionais, estaduais ou municipais), os Monumentos Naturais e os Refúgios da Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável têm por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Neste grupo têm-se as Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.¹¹

Neste sentido um princípio básico a ser compreendido no processo de criação e implementação de Unidades de Conservação e que elas são criadas pelo homem e para o homem, ou seja, são criadas com a finalidade de proporcionar conhecimentos sobre a natureza e servir, ao mesmo tempo, como espaços de lazer e geração de qualidade de vida.

Especificamente sobre as áreas de proteção ambiental – APA`s, o princípio de reflexão para criação desta modalidade de Unidade de Conservação se deu com base em modelos oriundos de países europeus como Portugal, França, Inglaterra e Alemanha, os quais tinham como intenção proteger a natureza e a paisagem, recompondo o equilíbrio de recursos existentes nos espaços da UC`s, incluindo neste processo, as propriedades particulares.¹²

No caso do Brasil, procurou-se estabelecer um perfil diferenciado em alguns aspectos, modificando princípios, fazendo com que se determinasse como objetivo desta a proteção da biodiversidade biológica, disciplinando o processo de ocupação dos espaços, assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, sendo esta categoria de área natural protegida constituída em geral por áreas extensas, constituídas por terras públicas e/ou privadas.¹³

Um ponto fundamental na apresentação da categoria de UC`s área de proteção ambiental é o fato de que a sustentabilidade do uso dos recursos deve primar pela promoção

¹¹ BRASIL, 2000.

¹² BRITO, 1999.

¹³ BRASIL, Op. cit; BRITO, Op. cit.

de qualidade de vida para a população local, podendo ser impostas normas e restrições para a utilização dos recursos naturais nas propriedades, sem, no entanto, desrespeitar as normas determinadas pela constituição e legislação ambiental.

Neste sentido, critérios de uso e ocupação das APA`s são estabelecidos por meio de estudos expressos no plano de gestão que é elaborado pelo poder público (representantes de órgãos públicos relacionados), representantes de organizações da sociedade civil e da população residente, sendo que após a elaboração desses caberá aos representantes destes segmentos à administração da Unidade.¹⁴

Com base nestes estudos, para que ocorra uma administração mais eficaz deve-se realizar um zoneamento ambiental, no qual devem constar aspectos relacionados às situações sócio-econômica e ecológica das áreas (história, cultura, atividades produtivas, ocupação espacial, fauna, flora, etc.), sendo que a legislação prevê como prazo para a elaboração dos estudos necessários para o manejo das Unidades de Conservação um prazo de cinco anos.¹⁵

O MUNICÍPIO DE JOINVILLE E A SERRA DONA FRANCISCA

Sobre a história do município é relatada na maior parte da historiografia joinvilense como marco inicial o fato de que uma área, de 25 léguas, foi dada como dote do casamento entre Françóis Ferdinand Felipe (Herdeiro do Rei Luiz Felipe da França) e Dona Francisca (Filha de D. Pedro I), ficando abandonada por estes até que quando, em dificuldades financeiras, resolveram vender parte das terras. (Nas bibliografias são escassas as menções sobre os povos que habitavam anteriormente a área dentre os quais indígenas, e portugueses provenientes de outras áreas em formação do estado tais como São Francisco do Sul, o que torna mais ética tratar esta história como a do início do processo de colonização de Joinville).¹⁶

A demarcação das terras teve como marco o Rio Cachoeira, sendo que à parte oeste seria vendida e ocupada, e a parte leste seria arrendada a quem quisesse trabalhar, gerando assim lucros imediatos e em longo prazo ao príncipe. Surge neste contexto da venda das terras à colonizadora Hamburgo na Alemanha. Convém citar que o Brasil tinha interesse na vinda

¹⁴ BRASIL, 2000.

¹⁵ BRASIL, 2000; BRITO, 1999.

¹⁶ NIEHUES, 1993.

destes imigrantes tendo em vista que a região sul do país estava sujeita a invasões estrangeiras, e ainda porque o Brasil tinha interesse na chegada de trabalhadores livres e brancos para substituir a mão-de-obra escrava vigente no país.¹⁷

Os primeiros imigrantes a vir para a região chegaram depois de dois meses de navegação, no dia 9 de março de 1851, e encontraram para morar três barracões semiconstruídos de madeira e cobertos com palhas (construídas por escravos), em meio ao mato, lodaçal e manguezais. Surpresos, muitos destes ficaram procurando as casas com jardins mostradas a eles através de “retratos” pelos agentes da Colonizadora de Hamburgo.¹⁸

Muito destes imigrantes não suportaram devido a problemas relacionados ao clima quente, a grande quantidade de insetos e a falta de água potável. Foi nesse contexto que se iniciaram trabalho de construção de moradias e abertura de estradas nos lugares em que existiam as picadas ou caminhos por onde passavam os índios. Somente em 1873 foi possível comunicar-se mais facilmente com os moradores do planalto catarinense por meio da Estrada Dona Francisca.¹⁹

Além de servir de meio de comunicação entre Joinville e o planalto, a Estrada Dona Francisca foi de fundamental importância para o crescimento da região, sendo que por ela era trazida erva mate que era exportada. Outro produto de destaque para a Colônia nesta época era a cal, proveniente de conchas e moluscos encontrados em grande quantidade na composição de Sambaquis que eram torradas e moídas gerando-se assim este produto. Em 1877 Joinville torna-se cidade, sendo emancipada de São Francisco do Sul.²⁰

Com a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) a Alemanha passou a não poder mais exportar produtos a Joinville, o que gerou o início da implantação de indústrias, de início pequenas, transformadas com o passar dos tempos na principal atividade econômica do município.²¹

Na década de 70 as empresas buscavam mão-de-obra em outras cidades pela falta desta por aqui, gerando assim um aumento populacional desproporcional.²²

Atualmente a cidade conta com uma área de 1.079,72 Km², população aproximada de 429 mil habitantes, caracterizando-se como a cidade mais populosa do estado de Santa Catarina, com um clima predominante, segundo classificação de Köppen, do tipo “mesotérmico úmido, sem estação seca”, tendo índice médio de precipitação anual de 1.909

¹⁷ NIEHUES, 1993.

¹⁸ NIEHUES, Op. cit.

¹⁹ NIEHUES, Op. cit.

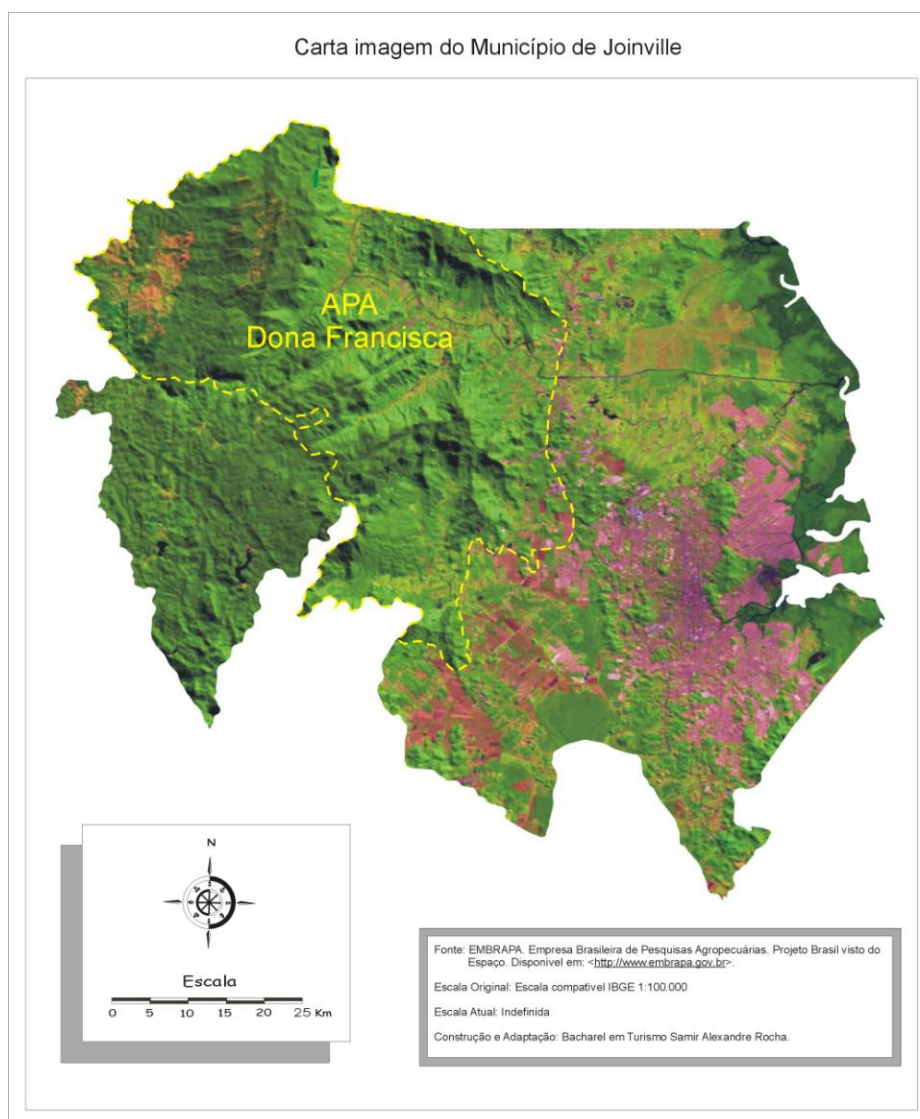
²⁰ FICKER, 1965.

²¹ NIEHUES, Op. cit.

mm, umidade relativa do ar de 76,4%, e temperatura média anual de 22,11°C, sendo a média das máximas 30,6°C e a média das mínimas 13,7°C com ventos predominantes da direção leste e nordeste.²³

Em relação à fauna e flora, a região apresenta-se com ecossistemas característicos da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), tendo o município mais de 640 km² cobertos pela floresta atlântica e 40 km² cobertos por manguezais.²⁴

Observando-se estes dados percebe-se a região da Serra Dona Francisca como uma área de importância essencial na formação sócio-ecocômica de Joinville por meio da Estrada Dona Francisca e ainda na constituição da paisagem tendo em vista que esta serra é o local com maior área natural preservada do município, sendo que a área conta com uma ocupação rural.



²² NIEHUES, Op. cit.

²³ JOINVILLE, 1998; IPPUJ, 2002; IBGE, 2002.

²⁴ JOINVILLE, Op. cit.

A IMPLANTAÇÃO DA APA DONA FRANCISCA E SUA INTERFERENCIA NA VIDA DA COMUNIDADE LOCAL

A idéia de se criar uma área de proteção ambiental em Joinville tem início e é realizada no ano de 1997, paralelamente a criação da Área de Proteção Ambiental Quiriri no município vizinho de Garuva, tendo como objetivo principal a proteção dos recursos hídricos, principalmente o rio Cubatão e seus afluentes, que são fontes de fornecimento de água no Município de Joinville.²⁵

O princípio da criação da Unidade baseou-se na existência de problemas relacionados à contaminação das águas dos rios que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão com poluição advinda de produtos químicos utilizados na agricultura, problemas relacionados à presença de resíduos sanitários não tratados, aumento de ocupação da área, plantio de vegetação exótica para corte (principalmente pinus), dentre outros.

Há de se ressaltar que neste processo de criação as comunidades pouco participaram do processo de implantação da Área de Proteção.

Com a implantação da Unidade de Conservação, pretendeu-se desenvolver uma modificação na forma de desenvolvimento econômico da região promovendo a mudança de algumas atitudes e comportamentos sociais presentes no local, sendo que uma das primeiras etapas para que isso ocorresse foi a intensificação da fiscalização sobre a área.²⁶

Neste processo, a primeira modificação ocorrida no comportamento das pessoas que residiam na área foi a venda das propriedades a baixos custos, tendo em vista o medo que estes tinham da perda das terras para o poder público, e pelo fato de que estes se viam sem saída tendo em vista que a sua forma de produção habitual (com o uso de agrotóxicos) e a exploração extrativista não podiam mais ser realizados fazendo com que os mesmos não tivessem (desconhecessem) uma forma de manutenção econômica das propriedades.²⁷

Poucos trabalhos foram desenvolvidos com a comunidade sobre o que é e como funciona uma Área de Proteção Ambiental, sendo que as pessoas que vivem no espaço da Unidade são inconformadas com o número de informações, entendendo este processo de esclarecimento como inadequado.²⁸

²⁵ JOINVILLE, 1997.

²⁶ Reuniões do Plano de Gestão da APA Dona Francisca.

²⁷ Reuniões do Plano de Gestão da APA Dona Francisca.

Reuniões do Plano de Gestão da APA Dona Francisca; O direito a informações adequadas e inteligíveis (BRASIL, 2000; SANTA CATARINA, 2001).

Um dos principais problemas citados pelas pessoas que vivem na área da APA Dona Francisca é a fiscalização, esta se tornou uma forma de repressão às práticas tidas como cotidianas, o que se deve ao fato de que toda Unidade de Conservação deve dispor de um plano de manejo²⁹ que defina o seu zoneamento e os respectivos usos, tendo esse estudo (ainda não executado no local) um prazo de execução legalmente estabelecido de cinco anos a contar da sua data de criação.³⁰

O principal problema existente na Área de Proteção Ambiental Dona Francisca é, sobretudo econômico. Neste sentido a comunidade local discute a importância da eficiência de projetos de desenvolvimento propostos por instituições do setor público e organizações civis, em se executar ações mais concretas para o desenvolvimento e sustentabilidade da região, assim como reclamam a falta de uma política agrícola mais eficiente.³¹

O TURISMO EM ESPAÇO RURAL: UMA ALTERNATIVA DE ATIVIDADE PROPOSTA PELA COMUNIDADE LOCAL PARA A REGIÃO

Em reuniões de discussão para a elaboração de um plano de gestão para a APA Dona Francisca, um dos principais tópicos foi à implementação de atividades de agroturismo e educação ambiental como uma fonte alternativa de desenvolvimento local, o que pode ser mais bem compreendido pelo fato de que já foram realizados levantamentos e diagnósticos de interesse turístico, sendo implantado neste processo um pórtico de acesso para os turistas.

Um fato apresentado e discutido pela comunidade refere-se a projetos que foram apresentados e que geraram um interesse por parte dos moradores locais, porém não saíram de propostas de marketing turístico, uma vez que a comunidade envolvida citava a falta de infraestrutura básica tais como lixeiras e vias que possibilitassem um melhor tráfego de veículos.³²

Outro fator que gerou o interesse da comunidade local pela realização da prática turística na APA relacionou-se ao escoamento, diversificação e maior valorização econômica

²⁹ documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade. (SANTA CATARINA, 2001: s.p.)

³⁰ BRSAIL, 2000; SANTA CATARINA, 2001.

³¹ Reuniões do Plano de Gestão da APA Dona Francisca.

³² Reuniões do Plano de Gestão da APA Dona Francisca.

da produção, porém, de fato é evidente a pouca presença de famílias e propriedades que realmente possui atividade agrícola.

Neste sentido percebe-se que o turismo em espaço rural surge como proposta de ação e tipologia mais correta para as ações que a comunidade pretende para si, sendo contemplado neste as práticas de turismo rural, agroturismo e ecoturismo.

Outro aspecto importante observado pela comunidade é o fato de que a atividade turística pode vir a ser um meio de valorização de sua história e cultura material e imaterial, gerando tanto nas pessoas idosas como nos jovens um ideal de permanência e valorização da vida no campo.³³

A comunidade discutiu e apresentou as dificuldades para a realização de projetos de turismo na região e a falta de infra-estrutura tal como telefonia, pontes com má condição de manutenção as quais por essa situação e por um mau dimensionamento não propiciam o transito de veículos turísticos. Além da ocorrência de práticas que interferem na paisagem tais como atividades extrativistas minerais e florestais, há também o aumento de ocupação da região com uma descaracterização dos aspectos rurais locais, trazendo como principais problemas o saneamento básico.³⁴

Outro aspecto de fundamental importância a apresentar é o fato de que a comunidade da Área de Proteção Dona Francisca já recebe um pequeno fluxo de turistas/excursionistas³⁵, sendo que muitas das pessoas que vivem na região apresentaram a falta de educação ambiental destes grupos como um problema para a região.³⁶

Com relação à presença de turistas desde já na região, deve-se a paisagem local com uma vegetação preservada de floresta atlântica, a qual desempenha papel fundamental na manutenção dos recursos hídricos da região, sendo o relevo desta acidentado com a presença de vales encaixados na serra e montanhas com a presença de cachoeiras.

³³ Reuniões do Plano de Gestão da APA Dona Francisca.

³⁴ Reuniões do Plano de Gestão da APA Dona Francisca.

³⁵ O turismo diferencia-se do excursionismo em função do tempo de permanência do viajante. No turismo o tempo de permanência do indivíduo no local visitado é superior a 24 horas, no excursionismo é inferior. (BARRETTO, 1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Áreas de Proteção Ambiental, áreas em geral extensas com um certo grau de ocupação humana, estão sendo implantadas em diversos espaços do país. Baseadas em uma ideologia de conservação e proteção da diversidade ecológica, essas áreas com paisagens naturais, seminaturais ou alteradas, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos e/ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e bem estar das populações humanas³⁷, vem sendo instaladas, em muitos casos, sem preocupações quanto à comunidade local efetivamente.

No caso da Área de Proteção Ambiental Dona Francisca tem-se este processo evidenciado onde a comunidade passou por intervenções no seu estilo de vida sem ser consultada e nem ao menos informada sobre as implicações que a criação desta Unidade de Conservação geraria, e ainda não se especificou quais os direitos às pessoas tem e como elas poderiam buscar sua sustentabilidade.

Este espaço inicia assim um processo de declínio, principalmente da prática agrícola onde as pessoas passaram a não ver mais alternativas de produção tendo em vista a proibição do uso de agrotóxicos, forma que era comum na região, sendo a problemática principal neste processo a falta de apoio e sensibilização da comunidade sobre como desenvolver atividades produtivas de forma a não agredir o ambiente.

Outra problemática que diz a prática produtiva é que o plantio de vegetação exótica tal como a palmeira real e práticas industriais passam a partir do ato de implantação da Unidade de Conservação a não poderem mais ser realizadas, gerando restrições do uso da propriedade e dos seus recursos naturais.

Tem-se portando no processo de criação da APA Dona Francisca um ato impositivo de ação, na qual o poder público interferiu de forma direta na forma de ser e agir da comunidade gerando alterações na paisagem e na cultura local.

Visto isto um dos poucos projetos apresentados para a área foi à criação de um plano de desenvolvimento turístico o que gerou expectativas na comunidade local que continua gerando um ideal de única perspectiva para a sustentabilidade da região em algumas famílias, sendo que de fato quando bem planejado comparado a atividades clássicas de desenvolvimento (mineração, agricultura, manufatura de matéria-prima, estradas, hidrelétricas

³⁶ Reuniões do Plano de Gestão da APA Dona Francisca.

³⁷ SANTA CATARINA, 2001.

etc.), o turismo pode apresentar um impacto ambiental reduzido principalmente sobre os recursos naturais.

Há de se ressaltar, porém que o turismo para a região não é e não deve ser apontado como a única atividade que deve ser empregada à área tendo em vista que se ocorrer um processo de massificação e/ou turistificação do espaço³⁸ irá se ter impactos e agressões que poderão ser até mais significativos que a produção com agrotóxicos, industrial, etc.

O turismo planejado pensando na sustentabilidade pode gerar desenvolvimento local, no qual podem ser resgatados e valorizados costumes locais, sendo que mais do que políticas a serem desenvolvidas, tem-se necessidade de um pensar local, pesquisas e planejamento no qual a comunidade tenha esclarecimentos e informações inteligíveis sobre sua real situação frente à legislação.

No caso da Área de Proteção Ambiental Dona Francisca tem-se um exemplo do como as políticas públicas podem se boas ou ruins para uma comunidade, do como elas podem influenciar de forma positiva ou negativa no desenvolvimento da atividade turística e acima de tudo do quanto é importante no processo o esclarecimento da comunidade, sendo que essa tem o direito e deve participar de discussões sobre eventuais mudanças que poderão afeta-la em especial no caso de criação uma de área de proteção da natureza.

³⁸ Turistificação é a transformação dos espaços para a incidência da prática turística (KNAFOU, 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br>>.

BRITO, Francisco A. Câmara, João B. D. Áreas de Proteção Ambiental - APAs. **In:** BRITO, Francisco A. Câmara, João B. D. **Democratização e Gestão Ambiental**. Petrópolis: Vazas 1999.

BRITO, Maria C. W. de. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, 2000.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DIEGUES, Antonio C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

IBGE. Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. Encontrado em <<http://www.ibge.gov.br>>, acesso em 12 de março de 2002.

IPPUJ. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville. Encontrado em <<http://www.ippuj.gov.br>>, acessado em 02 de abril de 2002.

JOINVILLE. **Agenda 21 Municipal – Compromisso com o futuro**. Joinville: Letra d'água, 1998.

JOINVILLE. **Levantamento de áreas potenciais para a criação de Unidades de Conservação**. Joinville: SAMA, 1997.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. **In:** YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NIEHUES, Valdete Daufemback. **A institucionalização da ocupação das áreas de mangue**. Itajaí: Univali, 1993. (Dissertação apresentada para obtenção do título de especialista em historiografia brasileira).

NETO, Nécio Turra. Do território aos territórios. **In:** SOUZA, Álvaro José de; SOUZA, Edson B. C. de; MAGNONI Jr., Lourenço. **Paisagem território região: em busca da identidade**. Cacavel: Edunioeste, 2000.

SANTA CATARINA. Lei n° 11.986, de 12 de novembro de 2001. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e adota outras providências. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br>>.